

CONSENSO NA MESA

Acordo entre Poderes mantém volume de emendas do Congresso, mas com novas regras de transparência

DANIEL GULLINO, JENIFFER GULARTE, GABRIEL SABÓIA, MARIANA MUNIZ E LAURIBERTO POMPEU

A cúpula do Congresso, do Supremo Tribunal Federal (STF) e ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva firmaram um acordo ontem para tentar resolver o impasse envolvendo as emendas parlamentares. O entendimento anunciado após um almoço na sede da Corte prevê manter o modelo atual usado por deputados e senadores para enviar recursos a suas bases eleitorais, mas com novas regras de transparência e parâmetros mais rígidos. As decisões do ministro Flávio Dino, do STF, que suspenderam a execução das verbas, contudo, seguem valendo até que os termos negociados sejam colocados em prática pelo Legislativo.

Nas três horas de reunião, ficou acertado que o Congresso não diminuirá a fatia que tem direito de indicar do Orçamento — hoje em cerca de R\$ 50 bilhões, equivalente a um quinto dos gastos livres do governo —, mas precisará destinar parte desse valor a obras consideradas “estruturantes”. Executivo e Legislativo, porém, ainda precisam sentar à mesa para definir uma regulamentação que inclua, por exemplo, qual tipo de obra poderá ser enquadrar nesse critério.

Uma nota divulgada ao fim da reunião listou cinco ajustes previstos na forma como hoje as emendas parlamentares são executadas. Entre os principais pontos está a obrigatoriedade de indicação prévia de como prefeitos e governadores devem utilizar as chamadas “emendas Pix”. Hoje, esse recurso é alvo de críticas por ser enviado diretamente ao caixa de municípios ou estados para que seja utilizado pelo gestor como ele bem entender.

“Firmou-se o consenso de que as emendas parlamentares deverão respeitar critérios de transparência, rastreabilidade e correção”, afirma nota divulgada pelo STF após o encontro.

CONTROLE DO ORÇAMENTO

Embora o governo não tenha conseguido retomar o controle de parte dos recursos, alvo de reclamação de Lula nos últimos dias, o acordo foi visto como positivo no Palácio do Planalto por tornar mais viável a aplicação em projetos considerados prioritários pelo Executivo. Escalado para ser o negociador do governo na reunião de ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, por exemplo, tem falhado em tentar convencer parlamentares a destinarem emendas para obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O cálculo feito pela Casa Civil é que, agora, os R\$ 15,7 bilhões de emendas de comissão terão algum tipo de



Tentativa de entendimento. A cúpula do Congresso, do Supremo e ministros do governo Lula se reuniram por três horas para discutir regras para as emendas parlamentares ao Orçamento da União

OS TIPOS DE EMENDAS

PIX



Como era
Dentro de sua cota de emenda individual, o parlamentar pode indicar quanto do valor pretende enviar diretamente para as contas de prefeituras e estados, sem depender do aval do governo. Essa quantia pode ser usada como o gestor bem entender. Como o dinheiro não passa pelos ministérios, o TCU entende não ser responsável pela fiscalização, cabendo a função aos órgãos de controle locais.

Como fica

Pelo acordo, as emendas Pix continuam existindo, mas os parlamentares passam a ter que indicar antecipadamente como o dinheiro será utilizado pelas prefeituras e pelo estado. Além disso, devem ser destinadas prioritariamente para obras inacabadas. A nova regra também deve prever que o Tribunal de Contas da União (TCU) seja responsável por fiscalizar a execução destes recursos.

OUTRAS INDIVIDUAIS

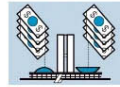


Como era
Os 513 deputados e 81 senadores têm o direito de indicar, no total, R\$ 25 bilhões do Orçamento para obras e serviços em suas bases eleitorais. Metade deste valor precisa ser destinado para a área de saúde e o governo é obrigado a pagar.

Como fica

O acordo prevê que as emendas individuais serão mantidas como estão e só não terão sua execução obrigatória em casos de impedimento de ordem técnica — por exemplo, se for enviada para uma obra que foi embargada.

DE BANCADA



Como era
Nessa modalidade, parlamentares de um mesmo estado se juntam para definir o destino dos recursos. Neste ano, deputados e senadores de cada uma das 27 bancadas indicaram como o governo deve gastar até R\$ 8,5 bilhões do Orçamento.

Como fica

O acordo prevê restringir a destinação desses recursos a projetos estruturantes em cada estado e no DF, de acordo com a definição da bancada. Uma regulamentação deve ser discutida entre Executivo e Legislativo com os critérios a serem adotados.

DE COMISSÃO



Como era
O destino dos recursos é definido pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado. Com o fim do orçamento secreto, esse montante passou a ser usado para parlamentares destinarem verba a seus redutos sem serem identificados. O governo não é obrigado a pagar esse tipo de emenda.

Como fica

Serão mantidas, mas com restrições. Os recursos deverão ser destinados apenas a projetos de “interesse nacional ou regional”, que serão definidos junto com o governo. O acordo, porém, não trata sobre a identificação do autor da emenda, um dos problemas apontados nessa modalidade.

critério para serem aplicados, o que é considerado um ganho para o governo.

Em outro ponto considerado como positivo na Casa Civil, o acordo prevê rever o critério para reajustar o valor anual das emendas parlamentares. A chamada PEC da Transição, aprovada no fim de 2022, aumentou os recursos disponíveis a deputados e senadores para 3% da receita do governo (2% em emenda individual e 1% em emenda de bancada).

A nota divulgada ao fim do encontro de ontem ressalta ser preciso encontrar uma nova

fórmula para que os valores de emendas não cresçam mais do que a alta total das despesas — que hoje não pode aumentar mais de 2,5% acima da inflação, de acordo com o arcabouço fiscal. A nova regra para definir o valor anual das emendas ainda será discutida, mas o governo vê espaço para tentar conter o avanço do Congresso sobre o Orçamento.

Como mostrou a colunista Vera Magalhães, do GLOBO, a discussão sobre limitar o valor das emendas foi um dos momentos tensos no almoço de ontem. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-

AL), reclamou de estar havendo um “2 a 1” na relação entre os Poderes, numa referência ao que seria, no entendimento dele, uma tabelinha entre Judiciário e Executivo para escanteiar o Legislativo.

“CONSENSO POSSÍVEL”

Rui Costa tentou evitar o impasse se dirigindo diretamente a Lira e dizendo que não era preciso haver “confusão”. “Vamos acertar isso”, afirmou, fazendo menção ao entendimento a que Executivo e Legislativo precisariam chegar em dez dias para atender às condições estabeleci-

das pelo STF na votação das ações sob relatoria de Dino.

—Nós conseguimos, em um diálogo franco, institucional, extremamente produtivo, chegar ao consenso possível, diante de visões diferentes a propósito desse tema — afirmou o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, após a reunião. —A questão do volume de recursos ainda é uma questão essencialmente política, que não estava propriamente em discussão aqui no Supremo.

Do lado do Congresso, líderes partidários ouvidos pelo GLOBO viram como positivo o fato de o acordo prever a ma-

nutenção das emendas impositivas — em que o governo é obrigado a pagar —, mas questionaram o fato de os recursos continuarem suspensos até que Executivo e Legislativo negociem novas regras. Na avaliação de um parlamentar, “fizeram um acordo para decidir que fariam um novo acordo e, enquanto isto, vale a decisão do Dino”.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou que, antes da reunião, os representantes dos três Poderes chegaram a discutir extinguir as emendas Pix, mas que foi possível um consenso que essa modalidade tenha mais transparência.

—Houve entendimento de todos, inclusive de ministros do Supremo, de que a transferência especial (emendas Pix) como modalidade pode ser mantida naturalmente com alguns ajustes.

Para o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), o acordo foi possível por ter sido construído por meio de “debate civilizado” entre os Poderes.

—O resultado deste encontro é concreto, muitos duvidavam disto. A emenda Pix não existirá mais como existe hoje, o mecanismo terá transparência, análise técnica e rastreabilidade. Já as emendas de comissão terão que ser destinadas a projetos estruturantes. No mais, há a questão fiscal sobre as emendas parlamentares — disse Padilha.

Após Dino suspender os repasses de emendas, a Câmara ameaçou uma retaliação dando andamento a duas Propostas de Emendas à Constituição que têm o Supremo como alvo. Uma limita o poder de ministros da Corte e a outra permite ao Legislativo cassar decisões dos magistrados. Segundo participantes do encontro de ontem, as PECs não foram assunto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4